

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022
(Da Sra. ALICE PORTUGAL)

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para dispor sobre a validade do laudo de caracterização da deficiência permanente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art.

2º
.....
.....
.....

§ 3º Quando a deficiência for caracterizada como irreversível, o laudo de conclusão da avaliação de que trata o § 1º deste artigo será válido por tempo indeterminado. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação



JUSTIFICAÇÃO

As pessoas com deficiências permanentes enfrentam grandes obstáculos no que tange às questões burocráticas para comprovar sua condição. Nem mesmo a aprovação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) – também conhecida como estatuto da deficiência – logrou resolver esse problema. Ainda que a lei tenha trazido grandes benefícios, não explicitou que a pessoa com deficiência permanente está dispensada de se submeter a perícias repetitivas e desnecessárias.

Este projeto de lei pretende solucionar tal situação. Ao estender indeterminadamente a validade do laudo de avaliação biopsicossocial da deficiência nos casos irreversíveis, beneficia tanto o cidadão quanto os serviços de saúde. De fato, propicia maior agilidade no acompanhamento da pessoa com deficiência, bem como na consecução dos direitos e benefícios a que faz jus.

Certamente a medida trará maior estabilidade no planejamento dos beneficiários. Ademais, poupará os serviços de saúde oficiais e privados, vez que serão necessários menos exames complementares e avaliações com a equipe multiprofissional.

Diante do exposto, e considerando a relevância da medida proposta, conto com o apoio de todos para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputada **ALICE PORTUGAL**

